

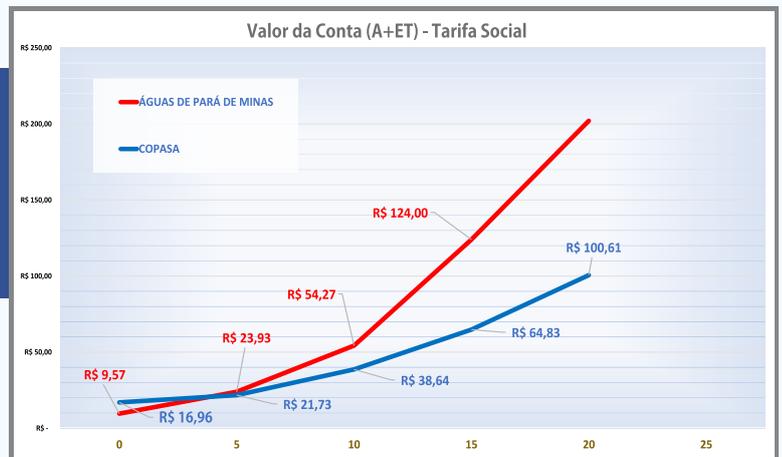
POPULAÇÃO DE ALPINÓPOLIS TEM O SANEAMENTO E OS BOLSOS AMEAÇADOS

Na contramão de uma tendência de reestatização dos serviços de saneamento em vários países, a sanha privatista ainda contamina alguns chefes de executivos municipais, até que fiquem demonstrados os erros e acabem retrocedendo para manter nas mãos do Estado a responsabilidade por manter os serviços públicos essenciais para a saúde sanitária da população.

Apesar de vários casos, como Divinópolis, Patos de Minas e Visconde do Rio Branco, em que processos complicados e irregulares de privatização retrocederam, sendo mantidos na responsabilidade qualificada da Copasa, o prefeito no município de Alpinópolis ainda mantém uma caminhada arriscada para entregar os serviços de saneamento em mãos privadas, onde a busca de lucro é mais prioritária do que atender a população com qualidade e preços acessíveis de um bem básico e essencial à vida.

Com uma população de 18.672 (dados do 2022 do IBGE), o processo licitatório para operar os serviços de saneamento teve como vencedoras a Planex e Infracon, empresas que se credenciaram com a flexibilização de capacidade técnica, planejamento e operação, com know-how muito aquém da excelência da Copasa. Temos na prática um arranjo de um consórcio de empresas para se capacitarem financeiramente ao risco do negócio, mas sem cabedal e experiência nos serviços que se prestam em assumir. Além disto, o processo licitatório enfrenta problema jurídico com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), que deixa claro que a iniciativa caminha para uma insegurança jurídica.

Alpinópolis pode repetir o mesmo caso de Pará de Minas, onde ao contrário da propaganda de melhorar a qualidade dos serviços com tarifas menores, resultou numa explosão dos preços pagos pela população para ter acesso ao abastecimento de água. Depois de pregar



Comparação de Tarifa Residencial entre Água de Pará de Minas e COPASA no ano de 2022

uma queda nas tarifas no município, a empresa privada Águas de Pará de Minas aplicou um reajuste de 19,51% em janeiro de 2022, com o argumento absurdo de que grande parte deste aumento se devia à elevação de 7,33% nos custos com combustíveis. Os preços do abastecimento evoluíram de forma explosiva: enquanto para 10m³, a Copasa cobrava R\$ 38,64, a Águas de Pará de Minas enfiava a mão no bolso dos consumidores com uma facada de R\$ 54,27. Em faixas maiores de consumo, as diferenças registram a cobrança de mais de 100% dos praticados pela Copasa: nos 15m³ pr a estatal cobrava R\$ 64,83, sendo superada com R\$ 124,20 pelas Águas de Pará de Minas. Nos 20m³, as contas evoluíram de R\$ 100,61 para R\$ 202,07.

Salta aos olhos ainda uma situação em que todos ficam reféns da empresa Água de Pará de Minas, imunizada com a falta de poder da agência reguladora de questionar o aumento tarifário aplicado sobre os serviços prestados. Devemos destacar que nestes municípios temos uma população que, em sua grossa maioria, recebe o salário mínimo para sua sustentação, ficando totalmente asfixiada pelos valores altos das contas do serviço essencial de saneamento. A capacidade de acesso ao saneamento fica restrita às famílias de maior padrão de rendimento, que pagará mais caro pelos serviços.

Os exemplos para Alpinópolis estão escancarados e são condições para responsabilizar o Executivo Municipal por erros que venham penalizar a população que deixar de ter condição de pagar pela ganância do lucro privado com um serviço que é obrigação e responsabilidade constitucional do Estado.

